Acervo ISA

JT 27/1/98 12A 292

"O PANAMAZONISMO É UMA REALIDADE"
(De Gustavo Krause, ministro do Meio Ambiente)

Amazônia: desmatamento cai pela metade e controle aumenta

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE VAI ATUAR COM O DA AGRICULTURA E DA REFORMA AGRÁRIA. NOVOS CRITÉRIOS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS CONSIDERAM PRODUTIVAS AS RESERVAS FLORESTAIS

Liana John e Júlio Ottoboni/AE

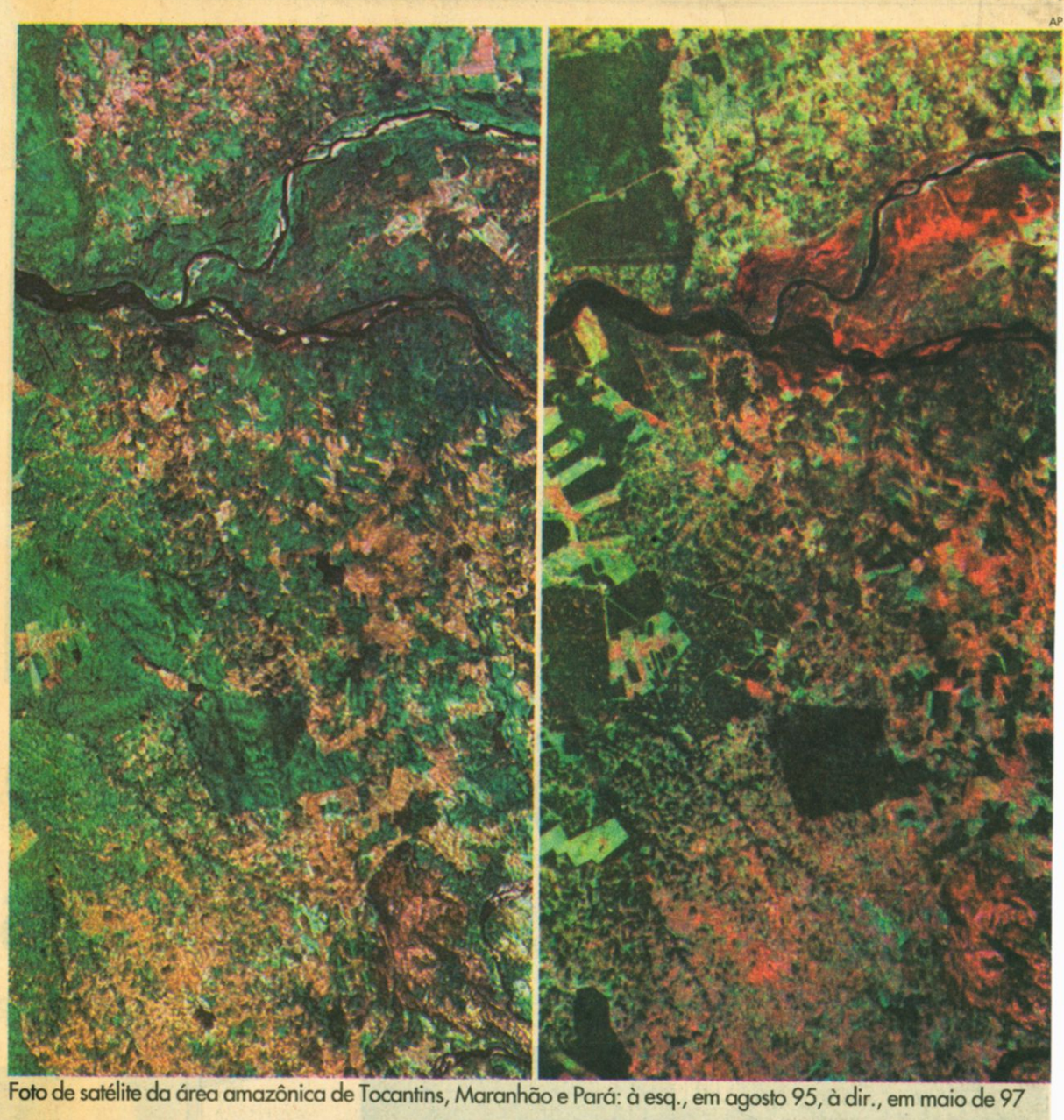
O mais recente balanço sobre desmatamento na Amazônia, divulgado, ontem, em São José dos Campos (SP) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que o pior parece já ter passado, pois os índices de desflorestamento, apesar de alarmantes, vêm diminuindo desde 96. O desmatamento da região bateu recorde histórico em 95, quando a região perdeu 29.059 quilômetros quadrados de matas. Além de representar mais do que o dobro do desmatamento verificado em 94, o índice de 95 superou até a taxa média anual de 21.130 quilômetros quadrados observada entre 78 a 88, que suscitou as primeiras medidas restritivas a atividades econômicas na região, como o fim dos incentivos fiscais. Em 96, o desmatamento caiu para 18.161 quilômetros quadrados. As projeções de 1997 – cerca de 13.037 quilômetros quadrados de desmatamento – reforçam a tendência de queda para menos da metade dos índices de 95. O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, credita parte dessa reversão de tendências às medidas tomadas em 96, restringindo o corte raso a 20% das propriedades rurais e aumentando a fiscalização sobre a atividade madeireira. Mas ele admite que isso não explica tudo. As atividades econômicas na Amazônia – sobretudo as predatórias e informais – são pouco sensíveis à legislação e muito sensíveis a flutuações da economia nacional. Quando a economia "esfria", a produção diminui em todos os setores.

Por isso, Krause, anunciou, ontem, uma ação conjunta com os ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária para tentar manter o declínio nos desmatamentos da Amazônia, que vem ocorrendo há dois anos. Segundo ele, essa será a maior novidade deste ano em termos de política ambiental. Entre as propostas anunciadas ontem, destacam-se a readequação dos critérios ambientais para classificação dos imóveis para efeito de desapropriação e novos critérios e procedimentos do Imposto Territorial Rural, ITR. Até agora, na prática, o Incra sempre considerou floresta derrubada como critério de reconhecimento de posse, tanto para os pequenos colonos e posseiros, como na classificação de latifúndios produtivos e improdutivos. A proposta, agora, é considerar como produtivas as áreas de reserva florestal sob manejo, as áreas de preservação permanente e as reservas florestais particulares. Ou seja, floresta em pé passa a ter tanto valor quanto área desmatada, para fins de reconhecimento de posse. As fazendas com grandes reservas florestais não são mais sujeitas a desapropriação.

O Ministério do Meio Ambiente também anunciou a criação de sete florestas nacionais, onde serão concedidas licenças de exploração a particulares para madeira, resinas e outros recursos florestais. Seis das novas florestas nacionais estão localizadas no Pará (duas em Itaituba, duas em Altamira e duas em Paraopebas) e uma fica no Amazonas, em Humaitá. No total são 2,6 milhões de hectares de áreas públicas transformadas em reservas florestais de uso indireto. O estudo do Inpe mostra que o total de derrubadas já atingiu 10,34% de toda a Amazônia Legal (517.069 quilômetros quadrados). Conforme um estudo elaborado pela entidade ambientalista Imazon, do Pará, o Brasil retira, hoje, cerca de 30 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia, por ano, o que equivale ao corte de 11.000 quilômetros quadrados de florestas, em talhões muito pequenos, não computados no estudo dos satélites. O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, assegurou que o Inpe vai continuar a investir no aprimoramento tecnológico da vigilância sobre os desmatamentos, mesmo em pequena escala.

O ministro Krause também disse, ontem, que a tecnologia brasileira de monitoramento é a mais avançada e deverá ser transferida para os outros oito países por onde se estende a Amazônia. "O panamazonismo é uma realidade." Ele afirmou que a sede do Tratado de Cooperação Amazônico será no Brasil e que a moratória do mogno também foi adotada pelo Peru.

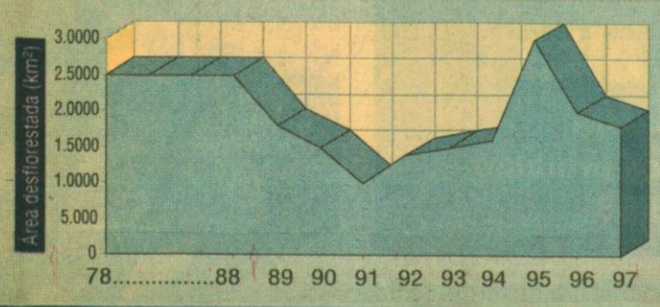
Liana John e Júlio Ottoboni/AE



AP

Foto de satélite da área amazônica de Tocantins, Maranhão e Pará: à esq., em agosto 95, à dir., em maio de 97

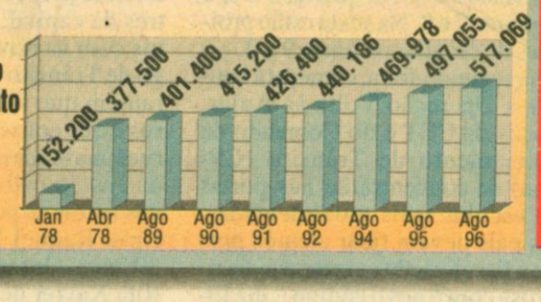
Evolução da taxa de desflorestamento na Amazônia



Taxa média por Estado (km²/ano)

	78/88	88/89	90/91	91/92	92/94	94/95	95/96
Acre	620	540	380	400	482	1.208	433
Amapá	60	130	410	36	-	9	6
Amazonas	1510	1.180	980	799	370	2.114	1.023
Maranhã	2.450	1.420	670	1.135	372	1.745	1.061
Mato Grosso	5.140	5.960	2.840	4.674	6.220	10.391	6.543
Pará	6.990	5.750	3.780	3.787	4.284	7.845	6.135
Rondônia	2.340	1.430	1.110	2.265	2.595	4.730	2.432
Roraima	290	630	420	281	240	220	214
Tocantis	1.650	730	440	409	333	797	320
Amazônia Legal	**21.130**	**17.860**	**11.130**	**13.786**	**14.896**	**29.059**	**18.161**

A extensão do desflorestamento na Amazônia Legal (km²)



MEDIDAS PROPOSTAS PARA CONTER O DESMATAMENTO

1. Adoção de critérios ambientais para concessão de crédito no Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
2. Adoção de critérios ambientais para classificação de imóveis para desapropriação.
3. Regulamentação do uso de queimadas.
4. Ação conjunta Incra/Ibama de fiscalização, esclarecimento sobre critérios ambientais do ITR e criação de associações de reposição florestal.
5. Concessões florestais em reservas federais, estaduais e municipais.
6. Estabelecimento de sete novas florestas nacionais
7. Ampliação das unidades de conservação para 10% do território da Amazônia Legal até o ano 2000.
8. Treinamento e capacitação de recursos humanos para o setor florestal.
9. Elaboração de normas para manejo florestal comunitário de produtos madeireiros e não-madeireiros.
10. Elaboração de plano de desenvolvimento agrícola para reconversão de áreas degradadas (em estudo).
11. Reorientação de assentamento em áreas já desmatadas (em estudo).
12. Regularização de imóveis exclusivamente para pequenos agricultores de subsistência (em estudo).

SENSORIAMENTO

Mais satélites vão tomar conta da grande floresta

Desde 97, o rastreamento dos satélites do Inpe consegue detectar até cortes seletivos de madeira na floresta – o que nunca foi computado anteriormente. Essa tecnologia está sendo aperfeiçoada, com os cinco novos satélites de sensoriamento remoto que deverão entrar em órbita de julho deste ano até 2002. Isso tornará a Amazônia a floresta tropical mais analisada do planeta.

O Inpe vem desenvolvendo com a Academia Espacial Chinesa quatro unidades denominadas Satélites Sino-brasileiros de Sensoriamento Remoto e Recursos Terrestres (Cbers). O primeiro deles será colocado numa órbita equatorial em julho deste ano. Os próximos estão previstos para os anos de 1999, 2001 e 2002. O veículo que os levará ao espaço será o foguete chinês *Longa Marcha*.

A Missão Espacial Completa Brasileira (Mecb) também pretende lançar a série de Satélites de Sensoriamento Remoto (SSR), produzidos pelo Inpe com tecnologia nacional que também vigiarão a Amazônia. O Ministério da Ciência e Tecnologia vem estudando a possibilidade de um convênio com o Canadá para a utilização do Radarsat. Esse equipamento utiliza a frequência de radar na captação de imagens de solo. Ele leva grande vantagem sobre os satélites de leitura óptica, pois consegue "ver" abaixo das nuvens.

(L.J. e J.O.)

ONGs CONTESTAM ÍNDICES

E alertam para mudanças no perfil do desmatamento na região amazônica

Indignação e pessismo. Foi assim que Organizações Não-Governamentais (ONGs) e ambientalistas receberam a divulgação dos dados do desmatamento na Amazônia Legal Brasileira. Apesar de as autoridades tentarem enfatizar a redução do desflorestamento de 95 para 96, ninguém gostou do que ouviu.

"O que importa é a amplitude do desmatamento e não uma pequena queda", disse João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Socioambiental. "Esses números são estratosféricos, absolutamente alarmantes."

Segundo os novos números, a área total desmatada na Amazônia atinge 1 milhão de hectares, mais do que o dobro da área do Estado de São Paulo de florestas eliminadas do mapa, explicou Capobianco.

Os ambientalistas alertam também para a mudança no perfil do desmatamento. "O que houve em 96 foi uma diminuição do aumento, mas vai muito além do que os mais pessimistas poderiam imaginar", disse Roberto Smeraldi, coordenador do Programa Amazônia da ONG Amigos da Terra.

Smeraldi explica que 48% do desmatamento de 95 foi registrado em áreas relativamente pequenas, com menos de 50 hectares. "A exploração da madeira seletiva está crescendo, estão desmatando o coração da Amazônia onde concentram-se espécies florestais de interesse econômico." Essas florestas mais densas reúnem, hoje, mais de 50% das áreas desmatadas. É lá que estão as melhores madeiras da floresta.

"Os números falam por si. De 94 para 95 foi registrado um aumento de 95,07% no desmatamento de pequenas áreas. Isso não tem explicação", disse Smeraldi.

Para Mário Mantovani, coordenador do SOS Mata Atlântica, as propostas apresentadas durante a divulgação dos números no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) não passam de um protocolo de boas intenções. "A Amazônia é terra de ninguém, não existe uma política eficiente." O ambientalista não considera que as medidas propostas para conter o desmatamento sejam uma garantia para o meio ambiente. "Falta fiscalização, os planos de manejo são uma farsa."

Camila Garcia

Ibama defende 'abertura de mercado'

PRESIDENTE DO INSTITUTO É A FAVOR DE INCENTIVO ÀS MADEIREIRAS ASIÁTICAS

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, admite que a base econômica da Amazônia é a exploração predatória. Ele garante, porém, que o governo não vai se acomodar, mesmo acreditando ter cumprido a sua parte, apreendendo, em 97, o equivalente a 91 mil caminhões de madeira na área.

Criticando como modelo antieconômico atividades típicas do Centro-Sul, como pecuária extensiva ou monocultura, trazidas para solos tropicais amazônicos, Martins cita o projeto de lei que abre as reservas florestais públicas às madeireiras e o incentivo à vinda das asiáticas, como uma maneira de disciplinar o desflorestamento para comercialização de madeira.

Arquivo/AE

Martins: governo vai agir

"Com essa lei, a extração fica concentrada em alguns pontos que podem ser mais bem fiscalizados. Essa restrição legalizaria o que já vem ocorrendo e ajudaria a conter a expansão agropecuária." Martins afirma que não há necessidade de mais desmatamentos para a agricultura. "Dos 50 milhões de hectares que já foram desmatados, 20 estão abandonados e podem muito bem ser utilizados para a agricultura."

Martins esclarece que, além das medidas apresentadas no pacote do Ministério do Meio Ambiente, o Ibama intensificará ainda mais a fiscalização. "Daremos mais dinâmica às nossas ações."

(C.G.)